



AS RELAÇÕES DO BRASIL COM OS PAÍSES SUL-AMERICANOS NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LULA (1995-2010): “HEGEMONIA CONSENSUAL” E SEUS LIMITES

FÁBIO BORGES

Professor adjunto do curso de Relações Internacionais UNILA

Doutor em Sociologia pela UNESP

E-mail: borges_fabio@yahoo.com.br

Resumo: Em livro recente o pesquisador Sean W. Burges (2009) defende a tese que o Brasil exerce uma “hegemonia consensual” na América do Sul, pois como não tem recursos econômicos suficientes para pagar os custos da integração, se utiliza do fortalecimento da idéia de integração para alcançar seus objetivos. Segundo esse mesmo pesquisador ainda que o Brasil exerça uma liderança frágil, tem dado resultados positivos. Em sua opinião a estratégia brasileira foi mudando ao longo da década de 1990 até os dias atuais de acordo com as suas necessidades imediatas. Começou com o Mercosul em 1991 chegando na proposta de integração física da América do Sul (IIRSA) em 2000, em Brasília, na primeira reunião da história entre presidentes Sul-americanos. Por essa abordagem, a IIRSA foi um instrumento muito útil para o fortalecimento da liderança brasileira, pois oferece uma perspectiva de ganhos mútuos, diferentemente do comércio onde fica muito claro o desequilíbrio a favor do Brasil. A proposta deste artigo é debater algumas das teses do pesquisador citado, especialmente sobre os limites do conceito de “hegemonia consensual” em relação aos países Sul-americanos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010). Identificaremos os limites dessa possível “hegemonia consensual”, especialmente nos movimentos de crítica e resistência às propostas da IIRSA.

Palavras chaves: Hegemonia consensual; IIRSA; resistências.



Abstract: In the recent Sean W. Burges books (2009) defends the thesis that Brazil has a “consensual hegemony” in South America. The researcher argues that Brazil does not have sufficient financial resources to pay the costs of integration, but it will be able to use the strengthening of the idea the integration to achieve their goals. According to the same researcher Brazil still exerts a weak leadership, however it has given positive results. In his opinion the Brazilian strategy has changed over the decade from 1990 to the present day according to their immediate needs. It started with Mercosur in 1991 reaching the proposed of the physical integration of South America (IIRSA) in 2000, in Brasilia, at the first meeting in history among South American presidents. By this approach, IIRSA has been a very useful tool for strengthening Brazilian leadership, it offers the prospect of mutual gains, unlike trade where it is very clear imbalance in favor of Brazil. The purpose of this article is to discuss some of the theories of the researcher quoted, especially on the boundaries of the concept of “consensual hegemony” in relation to the South America countries during the governments of Fernando Henrique Cardoso and Lula (1995-2010). We will identify the limits of this possible “consensual hegemony”, especially in the movements of criticism and resistance to IIRSA proposals.

Keywords: Consensual hegemony; IIRSA; resistance

Resumen: En su reciente libro el investigador Sean W. Burges (2009) defiende la tesis de que Brasil tiene una “hegemonía consensual” en América del Sur, ya que no dispone de suficientes recursos financieros para pagar los costos de la integración, fortaleciendo la idea de integración para lograr sus objetivos. Según el mismo investigador Brasil ejerce un liderazgo débil, pero ha dado resultados positivos. En su opinión la estrategia brasileña ha cambiado a lo largo de la década de 1990 hasta la actualidad de acuerdo con sus necesidades inmediatas. Todo comenzó con el Mercosur en 1991 llegando finalmente a el proyecto de integración física de América del Sur (IIRSA) en 2000, en Brasilia, en la primera reunión en la historia entre los presidentes sudamericanos. Mediante este enfoque, IIRSA ha sido una herramienta muy útil para fortalecer el liderazgo de Brasil, pues ofrece la posibilidad de ganancias mutuas, a diferencia del comercio en el que es muy claro el desequilibrio a favor de Brasil. El propósito de este artículo es discutir algunas de las teorías del investigador citado, sobre todo en los límites del concepto de “hegemonía consensual” en relación con los países Sudamericanos durante los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso y Lula (1995-2010). Vamos identificar los límites de esta posible “hegemonía consensual”, especialmente en los movimientos críticos y de resistencia a las propuestas de IIRSA.

Palabras- claves: Hegemonía consensual; IIRSA; resistencia



Introdução: O papel do Brasil na integração Sul-americana nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio "Lula" da Silva (2003-2010)

A proposta da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA) foi primeiramente delineada pelo ex-presidente brasileiro Itamar Franco em setembro de 1993 e foi apresentada em um encontro da ALADI¹ em fevereiro de 1994. A meta da ALCSA era criar uma zona livre de comércio dentro do subcontinente, através de uma linear, automática, e progressiva agenda de liberalização compreendendo o período de 1995 a 2005. Com o lançamento da ALCSA, o Brasil estaria promovendo o conceito de ALADI sem o México, "um esquema que poderia estar livre da interferência dos EUA e no qual o papel hegemônico seria inevitavelmente desempenhado pelo Brasil" (CARRANZA 2000: p. 84-85)².

O Brasil tem desempenhado tal papel no Mercosul, e poderá desempenhar o mesmo papel no futuro da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA). Por essa perspectiva, o Mercosul poderia ser visto como uma afirmação da hegemonia regional brasileira, mais do que um passo em direção a integração do Hemisfério Ocidental sob a liderança estadunidense. As possibilidades de emergência da ALCSA dependem em grande medida se o Brasil conseguirá consolidar seu papel hegemônico no subcontinente ou se a hegemonia dos EUA no Hemisfério Ocidental encobrirá ou neutralizará completamente a hegemonia brasileira na América do Sul (CARRANZA 2000: p. 29)³.

Sean W. Burges argumenta que o Brasil não possui recursos suficientes para sustentar o desenvolvimento da integração da América do Sul, mas também defende uma interessante tese onde afirma que a solução para a escassez de recursos enfrentados pelos formuladores da política externa (foreign-policy makers) durante o período de Cardoso foi usar o contexto da abertura subregional e regional como uma ferramenta para capturar a influência necessária para guiar e direcionar o ambiente continental, dentro do qual criou simultaneamente um grau de insulamento da potência hemisférica e também de uma intervenção global. Por essa perspectiva, houve uma complexa mistu-

1 A ALADI é o maior grupo latino-americano cuja meta é a integração, formado por doze países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, representando, em conjunto, 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 493 milhões de habitantes. O Tratado de Montevideu 1980 (TM80) foi assinado em 12 de agosto de 1980, estabelecendo os seguintes princípios gerais: pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade, tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais (ALADI: 2006).

2 Todas as traduções de outros idiomas são de exclusiva responsabilidade do autor.

3 Mario Esteban Carranza analisa que são possíveis duas leituras da ALCSA. Primeiramente, com a falha por parte dos EUA em estender o NAFTA para o Chile, a noção de Área de Livre Comércio da América do Sul tomou vida por si própria. O mesmo autor acrescenta que originalmente a ALCSA poderia ser vista como uma estratégia brasileira para adiar as conversas sobre o livre comércio hemisférico até aprofundar e ampliar o Mercosul, atraindo mais países para o seu lado na mesa de negociação com os EUA. Nesse sentido, a proposta de ALCSA teve claramente tanto uma dimensão política quanto econômica: reviver um velho projeto geopolítico brasileiro da América do Sul como oposto à integração Latino-americana. Por outro lado, uma leitura alternativa da proposta da ALCSA é que o Brasil nunca esteve realmente interessado em aprofundar a integração subregional com esses três menores vizinhos do Cone Sul. O comércio intra-regional teve significativo crescimento na última década e o Brasil está mais atrelado ao Mercosul que em 1991. Porém, o Brasil é um negociador global (*global trader*): em 1995 somente 11,7 por cento de seu comércio total foi com seus parceiros do Mercosul, contra 27,4 por cento para Argentina, 47 por cento para o Uruguai e 66,4 por cento para o Paraguai. Conclui: "Por essa perspectiva, a ALCSA poderia ser uma estratégia brasileira para evitar o aprofundamento do Mercosul, incluindo a criação de uma estrutura institucional supranacional. (...) O problema com esse cenário é que fatores externos, como o aprofundamento da crise da economia mundial levaria a 'política de empobrecimento do vizinho' (*beggar-thy-neighbour policies*), podendo levar a um aprofundamento do Mercosul e ou ALCSA, portanto, induzindo o Brasil aceitar a supranacionalidade como uma necessidade" (CARRANZA 2000: p. 85-87).



ra de idéias baseadas em uma visão reformulada da dependência em relação à inserção de um país em desenvolvimento na economia global (reformulated dependency view of developing-country insertion into the global economy) com iniciativas econômicas em escala subregional e continental, assim como a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura na América do Sul (IIRSA) (BURGES 2007: p. 4, minha ênfase)⁴.

O próprio Cardoso explica que embora seja importante para a diplomacia a preservação de uma linha de conduta coerente, é essencial que a política externa sinta os ventos do mundo. Resu-me:

Tentei seguir esse padrão de política externa. Para sintetizar, lanço mão de expressão cunhada pelo embaixador Gelson Fonseca, que foi meu assessor direto, segundo a qual a política externa que persegui desde minha curta passagem pelo Itamaraty (de outubro de 1992 a maio de 1993) buscou “a autonomia pela participação” numa realidade internacional cambiante, em contraposição à “autonomia pela distância” da ordem mundial vigente, que em momentos anteriores marcou governos autoritários (CARDOSO 2006: p. 604, minha ênfase).

Sobre a prioridade na integração Sul-americana, Cardoso relatou dois episódios que segundo ele “ilustrariam essa evolução, mas também como os imprevistos contam, pois houve avanços mesmo sem se ter clareza sobre os novos rumos”. No primeiro episódio disse que ainda como chanceler recebeu visita do presidente da Petrobras na época, Joel Reno, e que lhe perguntou quanto importávamos de petróleo de dois dos grandes produtores latino-americanos, Argentina e Venezuela. A resposta que ele qualificou de decepcionante foi quase nada. Diz que expôs as razões políticas e estratégicas para um comércio mais ativo na região e, a partir daí, que a política de compras da Petrobras começou a mudar. Conclui:

Em meados de meu segundo mandato, as importações alcançaram somas expressivas em dólares: quase meio bilhão da Venezuela e quase 1 bilhão da Argentina. Este último valor correspondeu ao déficit no comércio bilateral com os argentinos, permitindo ativar as trocas comerciais sem prejuízo real para nós: se não importássemos petróleo da Argentina o faríamos do Oriente Médio, sem contrapartida de exportações (CARDOSO 2006: p. 607).

O segundo episódio ocorreu durante as negociações para a construção do gasoduto Brasil-Bo-

⁴ Cardoso explicou que a “Teoria da Dependência” não é uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento. Discutindo sua obra clássica *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967) em parceria com Enzo Faletto diz que: “Nele se especificam as formas históricas de dependência a partir do modo pelo qual as classes, Estados e produção se inserem na ordem internacional para, no último capítulo, mostrar como a ‘internacionalização do mercado’ solidariza os interesses entre classes que no momento anterior apareciam como adversas (a burguesia nacional e a burguesia imperialista e mesmo setores das classes trabalhadoras e os monopólios internacionais, por exemplo). Aponta que existe simultaneamente um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista, onde os beneficiários eram as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas, o que chamava de ‘tripé do desenvolvimento dependente-associado’” (CARDOSO 1979: p. 374, 379 e 383, minha ênfase). De acordo com Nogueira e Messari a assertiva mais importante dos dependentistas acerca da dinâmica do capitalismo mundial foi apontar o subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento das forças produtivas globais, ou melhor, das economias do centro capitalista e resumem bem a idéia central: Impossibilitados de apropriar-se do excedente produzido localmente, os países pobres nunca teriam os recursos necessários para seu desenvolvimento e não conseguiriam reduzir o gap (econômico, tecnológico, militar) que os separa dos países ricos e os condena à dependência: “A característica mais importante do sistema mundial é que, ao funcionar como sistema integrado, extrai excedente econômico e transfere riqueza da periferia dependente para os centros imperiais”. Ainda segundo os autores citados os dependentistas marxistas divergem da visão de Lênin sobre o imperialismo na questão específica dos efeitos da expansão capitalista sobre as economias coloniais, discordando principalmente das visões, inclusive do próprio Marx, do efeito modernizador e civilizador do capitalismo sobre as sociedades atrasadas e as economias tradicionais (NOGUEIRA & MESSARI, 2005: p. 118-120). Mais detalhes sobre essa discussão ver BORGES 2007.



lívica. Cardoso mostrou como são muitos e às vezes aleatórios os fatores que podem perturbar uma efetiva integração do espaço sul-americano. Ponderou que construir um gasoduto de mais de 3 mil quilômetros, passando pelo Pantanal, com respeito absoluto as normas ambientais, tendo de convencer o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a conceder um financiamento para uma empresa estatal, e, finalmente, decidir a que partes e regiões do Brasil o gasoduto deveria chegar não eram questões triviais .

Porém, conta que em uma ocasião, o ex-presidente Itamar Franco disse que não iria mais a Bolívia para assinar o acordo. Explicou que leu um dossiê de Aureliano Chaves (ex-Vice-Presidente da República e ex-ministro de Minas e Energia, entendedor da matéria) que dizia que não existia gás na quantidade que a Bolívia estava nos oferecendo. Nesse momento Cardoso, que era Ministro de Relações Exteriores, diz:

Resolvi por conta própria dizer-lhe que eram boatos. (...) Tive nova conversa com o Presidente para mostrar a dificuldade diplomática que poderia causar a suspensão, à última hora, de tudo que se negociara árdua e longamente. Conte-lhe que não havia informado à Bolívia sobre o cancelamento. Sem muito entusiasmo, embarcamos para a Bolívia no dia seguinte (...) ao chegar, ele desfilou em carro aberto e constatou a alegria de milhares de bolivianos que correram às ruas. Perspicaz como é, recobrou ânimo, assinou com confiança o acordo que preparáramos, junto com o Presidente Jaime Paz Zamora, e nunca mais se falou da falta de gás nas jazidas do país vizinho (CARDOSO 2006: p. 609).

O ex-presidente brasileiro continuou sua argumentação dizendo que tendo em conta essas dificuldades, os esforços integradores não se poderiam limitar a manter vivo e ativo o Mercosul. "A integração física de nosso espaço tornou-se um dos objetivos das propostas de planejamento que levamos à discussão dos presidentes dos países da América do Sul". Informou que a partir disso deslançaram as iniciativas do gasoduto Brasil-Bolívia, a integração energética com a Argentina, a BR-173 entre Manaus e a fronteira com a Venezuela e a linha da transmissão da hidrelétrica venezuelana de Guri, uma das maiores do mundo, trazendo energia do país vizinho para a região amazônica, iniciada no segundo mandato do Presidente Rafael Caldera (1994-1999) e concluída sob o governo de seu sucessor, Hugo Chávez. E conclui:

Em agosto de 2000, convocamos em Brasília a primeira reunião da História juntando todos os presidentes da América do Sul, a que se seguiu outra em Guayaquil, no Equador, em 2001. Naquela ocasião, deu-se início à chamada Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, conhecida pela sigla IIRSA. Com o apoio do BID, nos anos seguintes, os governos dos países sul-americanos realizaram um amplo estudo das necessidades e possibilidades de integração física da região, selecionando um conjunto de projetos estratégicos para o desenvolvimento do continente. Essa complementação de esforços para a construção de um "espaço sul-americano" tem a ver com a integração regional em matéria de energia, transportes e telecomunicações. Politicamente, entretanto, pareceu a alguns países, especialmente ao México, que a iniciativa poderia significar o isolamento das nações sul-americanas, sob a liderança brasileira, do resto da América Latina mais próxima aos EUA. Nunca foi essa a intenção (CARDOSO 2006: p. 620).

Entretanto, é importante lembrar uma questão proposta pelo cientista político Robert Dahl:



“Quando você ouve que o Brasil é um emergente e um poder crescentemente influente, a questão apropriada é: Influência sobre quais atores, durante qual período, e com respeito a quais assuntos?” Quando colocamos tudo isso no contexto apropriado, nós vemos que o Brasil importa no mundo político atualmente e que está em muitos aspectos se tornando mais formidável. Nós também vemos, entretanto, que os constrangimentos do poder e da influência brasileira continuam a ser bem reais (HURRELL 2002: p. 153).

Nesse sentido, Andrew Hurrell aponta algumas necessárias considerações, por exemplo:

Que conclusões podemos delinear das relações hemisféricas em relação à posição do Brasil como um poder emergente? Em um sentido, o contínuo alcance hegemônico dos EUA atua como o principal constrangimento da política externa brasileira. Ainda que a situação seja mais fluída e mais complexa que um quadro de óbvia hegemonia. Em primeiro lugar, para ser sustentável, hegemonia requer três coisas: recursos de poder (tanto material quanto ideacional), uma clara intenção hegemônica, e um firme apoio político doméstico. Enquanto a enorme assimetria dos EUA na região permanece auto-evidente, os outros dois fatores são menos precisos. A necessidade de manter uma preponderância de longo prazo não necessariamente pressiona Washington em direção a aprofundar seu envolvimento na América Latina. Além disso, a integração econômica com o México permanece um contencioso na política interna dos EUA e continua como obstáculo doméstico para a integração hemisférica. É precisamente essa realidade que provê o Brasil do espaço diplomático e econômico para influenciar os caminhos nos quais a agenda política e econômica hemisférica será desenvolvida no futuro e modela, ainda que com constrangimentos, uma autônoma, ampla e variada política externa (HURRELL 2002: p. 168-169).

Já analisando a política externa do sucessor de Cardoso, de acordo com Paulo Roberto de Almeida, o presidente Lula falou sobre uma “diplomacia da generosidade”, baseado no tamanho e potencial do Brasil no continente, recomendando que importadores domésticos comprassem mais dos países vizinhos, ainda que com preços relativos desvantajosos, um caminho para equilibrar o fluxo de comércio e contribuir para a prosperidade comum na região. Mas ele acrescenta:

Entretanto, promessas feitas aos vizinhos de financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não se materializaram, e apenas projetos de engenharia de empresas brasileiras trabalhando nesses países foram aprovadas. Ativismo diplomático na América do Sul, preferencialmente com a expansão do Mercosul, e o estabelecimento de uma política coordenada, (...) foram empreendidas na região, podendo paradoxalmente ter resultado em uma reação adversa a uma expansão da influência brasileira. Ainda no Mercosul, as preocupações sobre o “excessivo peso” do Brasil pode ter influenciado a decisão dos países menores em apoiarem a “política de admissão” da Venezuela dentro do esquema de integração do Cone Sul (ALMEIDA 2009: p. 171-172).

No mesmo sentido, Alfred Montero afirma que não é claro se o Brasil está comprometido em se tornar um produtor e exportador competitivo no mercado global ou se está mais interessado em evitar competição. Em suas próprias palavras:

As relações de amor e ódio do Brasil com a integração regional e os pactos comerciais bilaterais sugerem uma incerteza sobre o direcionamento de sua própria diplomacia econômica. É o Brasil um líder da América Latina em questões como a integração comercial regional ou é uma ilha buscando seus próprios interesses? (...) o Brasil entende que é um



pré-eminente poder Latino-americano na região, o Estado indispensável sem o qual nem a integração econômica nem a segurança coletiva são possíveis. Se os líderes do país forem bem sucedidos em compor uma clara visão do papel do país no mundo em um futuro próximo, o Brasil estará apto a desenvolver um claro direcionamento em sua política externa que seja compatível com a sua importância global (MONTERO 2005: p. 117 e 134).

Os limites do conceito de "hegemonia consensual" e da IIRSA

Na opinião de Sean Burges o Brasil tem uma longa história de atuar para proteger seus próprios interesses nas Américas de maneira discreta, influenciando e pressionando seus vizinhos, um processo que se acelerou no final do século vinte. O mesmo autor diz que se tais ações freqüentemente não são percebidas, não é apenas um subproduto da indiferença internacional para a política externa brasileira, mas também um resultado dos métodos que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, Itamaraty, usa para perseguir a agenda internacional do país. Complementou sua idéia dizendo que:

(...) ações ou intervenções abertas não tem sido a norma. Mais precisamente, a estratégia brasileira tem sido discretamente integrada e sustentada por uma liderança hemisférica e global por trás de uma camada de indiretos e ostensivos apolíticos tecnocráticos programas, bem encobertos por um manto de multilateralismo e praticado através de agências e outros ministérios do governo (BURGES: 2007, p. 1).

Burges explicou porque às vezes iniciativas brasileiras aparentemente não relacionadas no contexto Sul-americano provem um claro quadro de como o Itamaraty atua no avanço da agenda internacional do Brasil. Nesse sentido, o autor desenvolve a noção de "hegemonia consensual" (consensual hegemony) relacionada com o papel do Brasil na América do Sul. Ele afirma que:

Nuança é importante. Concepções tradicionais de liderança dizendo respeito a formas de coerção e dominação jogaram um pequeno papel na postura adotada pelo Itamaraty durante a era Cardoso. Em vez disso, um novo estilo de liderança foi desenvolvido, no qual se encontra um paralelo com a dialética estudante-professor de Gramsci focando na criação de consensos, discussão e internalização de novas idéias e técnicas. A intenção não foi buscar a liderança brasileira na América do Sul através de imposição, mas induzir um desejo de benefício mútuo que poderia embutir os interesses, aspirações e estratégias brasileiras discretamente na região. Enquanto essa meta foi às vezes disfarçada nos discursos oficiais e análises acadêmicas, isso não foi explicitamente proclamado ou compreensivelmente examinado até a transição para a presidência de Lula (BURGES 2007: p. 185, minha ênfase).

Burges afirma que os formuladores da política externa do Brasil buscaram empregar ostensivamente acordos apolíticos ou tecnocráticos como uma ferramenta para transformar a estrutura produtiva e promover a confiança e a interdependência necessárias para o apoio aos projetos regionais centrados no Brasil. Concluiu:

A natureza inclusiva da postura de liderança inspirada em Gramsci prevista na noção de hegemonia consensual, particularmente promovendo interação no nível sub-estatal entre países, emerge claramente no Mercosul, na ALCSA, e na IIRSA para fortemente sugerir que



intenção política não é suficiente para formar uma região. Mais precisamente, iniciativas políticas precisam ser casadas em concretas e aparentemente apolíticas propostas como a da integração da infra-estrutura, para trazer a mútua interpenetração necessária para induzir pressão da sociedade civil e de grupos empresários para a continuação e aprofundamento do projeto regional. A ênfase na cooperação e inclusão livre de agressiva coerção é crítica porque, como tem sido afirmado aqui, a formação e operação de uma região bem sucedida dependem das decisões tomadas por empresários independentes da influência do Estado. Resumidamente, a decisão final de empresários e de grande parcela da população para apoiar o projeto regional em bases sustentáveis se baseará no cálculo de interesses, e não na retórica política. Como a breve discussão sobre a continuação da estratégia de liderança com uma hegemonia consensual de Lula sugere, uma importante parte da postura adotada pelo Itamaraty durante a era Cardoso foi um claro e sustentável desejo de disfarçar a ambição de liderança, quando sólidos e tangíveis recursos não estavam disponíveis consistentemente para oferecer compensações em troca de aquiescência para o projeto regional (BURGES 2007: p. 185-186).

O mesmo autor mostra que o Brasil durante a era Cardoso e no primeiro mandato de Lula permaneceu economicamente e politicamente inapto para firmar e sustentar o desenvolvimento dos países vizinhos. Por essa perspectiva, o Brasil não assumiu os custos da liderança e desempenhou totalmente o papel de motor econômico para a América do Sul, “uma restrição demonstrada claramente pela escassa produção em cadeia transnacionalizada e pela lenta ampliação das firmas brasileiras pelo continente”. Porém, ele adverte que seria errado sugerir que essa política falhou em sua dimensão econômica:

Apenas a base ideacional do projeto de liderança regional ofereceu positivos retornos, portanto um esforço objetivando o fortalecimento da integração econômica. O advento e preservação do Mercosul permitiram a transformação dos parceiros comerciais e a consolidação de indústrias com valor agregado, adicionalmente promovendo uma expansão do mercado para atrair um fluxo sustentável de investimento direto estrangeiro. A elaboração de uma matriz energética continental permitiu ao Brasil converter a sua maior fraqueza econômica em uma força estratégica, transformando a sua dependência energética em um instrumento para aprofundar os laços com os países vizinhos, especialmente Argentina, Paraguai, Bolívia e Venezuela. De fato, a combinação de um mercado industrializado emergente no Mercosul com o aprofundamento dos laços econômicos no continente, acelerado pela matriz energética, marcaram o direcionamento potencial para a expansão do comércio intra-sul-americano (BURGES 2007: p. 187-188).

Por outro lado, ainda do ponto de vista de Burges, a dimensão da segurança provê uma análise mais ambígua da capacidade do Brasil para absorver os custos e preencher as tarefas de um líder, porque os conflitos armados e as guerras interestatais são largamente uma anomalia na América do Sul durante o século vinte. Ele pontuou a reação brasileira para um possível sério conflito armado, a disputa fronteiriça entre Equador e Peru. Disse que a solução do conflito foi conduzida pelo Brasil decisivamente e amigavelmente, reforçando o precedente legalista que viu países no continente se encontrarem na mesa de negociações, e não no campo de batalha.⁵ Burges concluiu:

5 Segundo Cardoso, o auge de sua diplomacia presidencial foi justamente pôr fim ao contencioso militar entre Equador e o Peru e que custara, nos 40 anos anteriores, milhares de vidas. Argumenta que foi um trabalho paciente para garantir a paz que estavam envolvidos o Brasil, o Chile, a Argentina e os EUA, mas que na fase final se desenrolou principalmente no Brasil. E conclui: “Sugeri, então, que se abrisse uma estrada ligando o cemitério com a fronteira do Equador, com livre acesso para nacionais daquele país. Fujimori fingiu que não a aceitaria, mas, de repente, virou-se para um pequeno quadro de paisagem bucólica pendurado na parede. Era um quadro modesto, de pintor desconhecido, mostrando uma carrocinha puxada por um burro em uma estrada de terra. Apontando



A necessidade de ampliar os recursos escassos em equipamento militares no sentido de prevenir conflitos, portanto foi limitado. De fato, a segurança provida pelo Brasil foi primariamente política em sua natureza e usada para prover autonomia de ação e soberania nacional como um princípio geral no sistema interamericano. Essa concentração de soberania, entretanto, também formou a base da maior restrição da política externa do Brasil na dimensão da segurança, a saber, a falha para criar e coordenar uma resposta efetiva para as novas ameaças a segurança, como o narcotráfico, o terrorismo e a insurgência. (...) A ênfase na transnacionalização na dimensão econômica se chocou com a concentração de soberania nacional na dimensão da segurança, criando uma contradição interna que retarda a emergência de uma ordem regional estável e sustentável (BURGES 2007: p. 188-189, minha ênfase).

Em sintonia com essas considerações, pareceu muito proveitoso para o Brasil em seu papel na integração Sul-americana a proposta da IIRSA, porque como foi dito anteriormente, essa iniciativa abre perspectivas de ganhos mútuos entre o Brasil e seus vizinhos.

Nesse sentido, Pitou van Dijck diz que a infra-estrutura desempenha um papel chave estimulando o crescimento econômico por facilitar a produção e o comércio, portanto gerando renda e emprego. Sem uma infra-estrutura de transporte e comunicação, os agentes econômicos enfrentam altos custos de transação, os quais freiam a produção, o comércio, e o consumo e conseqüentemente reduz o bem estar. Acrescenta que:

Particularmente, países que perseguem políticas de desenvolvimento orientadas para as exportações podem sofrer intensamente pela ausência de uma eficiente infra-estrutura de transportes. Custos de transportes podem ser expressos em termos de uma equivalente tarifa de importação, e seu impacto no bem estar pode ser considerado da mesma maneira. A IIRSA é parte de um grupo de iniciativas políticas para fortalecer a posição da América do Sul na economia global. Essa nova inserção da região no mercado mundial foi iniciada por um processo unilateral de liberalização comercial, fortalecida por iniciativas de grupos sensatos para melhorar o acesso ao mercado, e se aproximando do nível multilateral. Políticas de estabilização e reestruturação, buscando a liberalização do comércio e do movimento de capital, privatização, e integração regional, têm feito a perspectiva da melhora do padrão de vida na região mais dependente da capacidade dos produtores domésticos para competir internamente e em mercados externos e suprir os requisitos de quantidade e qualidade em tempo no mundo inteiro. Para apoiar os produtores domésticos frente a esses desafios, uma grande gama de medidas são requeridas para facilitar o comércio e alcançar a capacidade comercial relacionada (DIJCK 2008: p. 106)⁶.

Dijck argumenta que a renovada inserção dos países da América do Sul no mercado mundial coincide e parcialmente é induzido pela emergência de novos centros de gravidade na economia mundial, oferecendo novas oportunidades e desafios comerciais. Isso está relacionado especialmente no crescimento da importância do Leste Asiático, e particularmente pelas importações de

a estrada disse: 'Só se for daquela largura (...) Por ali não passam carros com tropas, imagino'. Sua atitude selou o acordo a 27 de outubro de 1998 no Itamaraty diante dos reis da Espanha, do secretário-geral da OEA, César Gaviria, e de vários presidentes de países amigos. De todos os pronunciamentos carregados de emoção o do Presidente Mahuad foi o mais comovedor. Assinou o tratado com lágrimas (e não só ele as derramou, também eu estava profundamente emocionado) e coragem. Não sei se alguém caminha pela estradinha para chorar a dor de haver perdido um ente querido, mas a paz se restabeleceu, e devido ao papel desempenhado pelo Brasil recebi as mais altas condecorações e as maiores homenagens dos governos e dos Congressos dos dois países. E cada vez que caminhei pelas ruas de Lima ou de Quito recebi abraços efusivos de populares que da guerra queriam distância, mas sentiam que a paz só valeu a pena porque o sentimento nacional não foi atropelado" (CARDOSO 2006: p. 637-639, minha ênfase).

⁶ "Em muitos casos, a contribuição da IIRSA é particularmente construir ou melhorar interconexões entre sistemas nacionais de estradas já existentes. Portanto, significativos ganhos de eficiência poderiam ser percebidos com relativamente poucos investimentos" (DIJCK & HAAK 2006: p. 19, minha ênfase).



commodities Sul-americanas pela China. Isso explica o crescente interesse nos estudos das relações entre o Brasil e os países amazônicos, porque por essa região o país tem sua saída natural a Bacia do Pacífico. Como explicado por Enrique Amayo Zevallos em 1993:

De nossa perspectiva, a Amazônia não permanecerá à parte do Oceano Pacífico. Cedo ou tarde as ligações serão estabelecidas, e a saída natural será através Peru; nós a chamamos de natural, porque é a distância mais curta, e menos difícil, entre a Amazônia brasileira e a Costa do Pacífico. Você apenas precisa olhar os mapas para chegar a essa conclusão (AMAYO Z. 2009: p. 106, minha ênfase).

Como Amayo explica também, menores distâncias significam menores custos de transporte. Acrescenta que a costa peruana se beneficia de ter a melhor posição na América do Sul para o transporte de commodities para pontos importantes no Pacífico. Conclui:

O Brasil é o principal produtor de soja, e suas principais plantações estão localizadas mais próximas do Peru do que de sua Costa Atlântica. O Brasil poderia certamente se beneficiar da venda de grandes volumes para o insaciável mercado Asiático, com custos de transportes mais competitivos. O Peru poderia se beneficiar principalmente pela construção de um porto, e as correspondentes receitas do porto que provavelmente seriam as maiores da Costa do Pacífico Sul-americano. Além disso, o volume de vendas de pescados e fosfatos peruanos para o Brasil poderia crescer. Com um acesso mais fácil, o Brasil poderia comprar fertilizantes naturais a preços menores, causando menores danos ao meio ambiente. Portanto, ambos países poderiam se beneficiar dessa união entre a Amazônia brasileira e o Oceano Pacífico através do Peru, um modelo para outras parcerias no subcontinente⁷.

Por outro lado, compartilho da opinião de Pitou van Dijck quando ele diz que a ascensão da Ásia, entretanto, contribui não somente para potencializar as exportações Latino-americanas, mas também colocar em risco as aspirações regionais de ser uma plataforma de produção de manufaturas para o mercado internacional. Acrescenta:

De fato, os planos da IIRSA e das Parcerias Público Privadas (PPP)⁸ para a construção de diversas estradas transcontinentais, unindo o Atlântico com o Pacífico, as chamadas bioceánicas não apenas facilitam as exportações latino-americanas, mas também contribuem para a competição no mercado regional pela indústria asiática. Como apoio para uma inserção no mercado internacional, medidas são requeridas para complementar a agenda de uma

7 O mesmo autor argumenta que a melhor alternativa seria uma integração intermodal (misturando hidrovias, ferrovias e estradas) pelo norte do Peru. Entretanto esse projeto provavelmente não se tornará realidade, porque os governos brasileiro e peruano acordaram uma rota que envolve o sul do Peru. O autor conclui que um sistema intermodal seria o menos destrutivo para a floresta tropical, especialmente em áreas arqueológicas, históricas e culturais (AMAYO Z. 2009: p. 111-118).

8 A estrutura geral do IIRSA envolve três bancos regionais de desenvolvimento: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Além disso, o Banco de Investimento Europeu (EIB) estaria envolvido em particulares áreas de especialização em integração, como a de instituições financeiras e legais de cooperação. Tudo isso não excluiria que em outros estágios outras instituições oficiais e privadas estivessem envolvidas. Claramente, acordos de co-financiamento são realmente perseguidos e por isso são PPP. Os mesmos autores acrescentam: "A principal vantagem das PPPs é que elas possibilitam governos fazerem uso do setor financeiro privado, eficiente e inovador, portanto reduzindo os custos da infra-estrutura para o setor público enquanto ao mesmo tempo melhora a qualidade. (...) Para governos com grandes problemas fiscais, PPPs podem oferecer interessantes oportunidades para elevar os investimentos em infra- estrutura e estimular o crescimento econômico. No entanto, a teoria econômica e a experiência internacional com PPPs ao longo da última década mostram que PPPs não são garantias para a alta qualidade e um custo eficiente de infra-estrutura. Negativas conseqüências financeiras e fiscais das PPPs podem ser substantivas, particularmente quando a organização e regulação de tais contratos não são precisamente definidos" (DIJCK & HAAK 2006: p. 2-4, minha ênfase).



liberalização rasa, focando na abolição de barreiras ao comércio e da integração das fronteiras. Em comparação com uma integração rasa, a integração profunda pode ser concebida como uma forma de integração que vai além de remover os obstáculos ao comércio nos seguintes sentidos: melhoras nos procedimentos aduaneiros e outras formas de facilitação do comércio; nas regulações relativas ao comércio de tecnologias, nos padrões sanitários e fito-sanitários; e na integração física. Tais medidas poderiam dotar os países de capacidade para explorarem as oportunidades de comércio nos mercados regionais e globais. Com o declínio das tarifas de importações, o papel dos custos de transporte - expressos em termos equivalentes as tarifas - na competição internacional tem crescido⁹.

Entretanto, o impacto da construção de uma estrada ou a melhoria de uma Estrada existente em territórios adjacentes podem envolver dimensões econômicas, sociais e ambientais. Dijck explica também que a extensão espacial do impacto depende de um grande número de fatores que diferem entre eixos e localizações específicas ao longo desses eixos. Nesse sentido ele afirma que:

Portanto, generalizações completas dos impactos de estradas no meio ambiente – definidos amplamente e incluindo as dimensões econômicas, sociais, físicas, ecológicas e institucionais – não são garantidas. De outra maneira, afirmações dizendo respeito aos potenciais da infra-estrutura no apoio de um desenvolvimento sustentável seria difícil comprovar, assim como as relativas aos efeitos negativos desses programas de infra-estrutura. Não obstante a ampla variedade dos impactos que estradas podem causar em territórios adjacentes, algumas regularidades e padrões podem ser inferidos de estudos estatísticos da conversão do uso da terra e dos efeitos no desflorestamento pela construção e melhoramento de estradas (...) (DIJCK 2008: p. 108).

O último pesquisador explicou o conceito de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) (Strategic Environmental Assessment) (SEA) e que até agora, poucos EIAs tem sido relacionados com os corredores da agenda do IIRSA, e pouco conhecimento sistêmico tem sido desenvolvido relacionado a uma metodologia apropriada para estudos de corredores de grande escala. Dijck nos avisa também que existe um risco real de que os estudos de impactos ambientais que sejam encomendados no futuro não sejam abrangentes, pelas pressões advindas de governos e instituições financeiras para limitar os prazos e recursos para serem utilizados em EIAs. Adiciona que:

Tem sido proposto um limite de tempo disponível para empreenderem os EIA de seis meses e um orçamento disponível de US\$ 300.000 (aproximadamente € 200.000). Pode-se questionar a racionalidade dessa recente abordagem por pelos menos três razões. Primeiramente, a experiência inicial com construções de estradas na Amazônia mostra que inesperados resultados ambientais e econômicos negativos se espalham, com impactos irreversíveis, sendo esses casos caracterizados por uma inadequada avaliação ex ante. O desenvolvimento relacionado com a Polonoeste (BR 364) em Rondônia que no fundo contribuiu para a retirada de instituições financeiras multinacionais como o BID e o Banco Mundial de programas de financiamento de infra-estrutura de estradas de larga escala na América do Sul por um longo período de tempo, é o caso em questão. Além disso, não é necessário adiar inteiramente investimentos em eixos propostos durante o período no qual

⁹ "Permissões alfandegárias maçantes, altos encargos portuários e custos de frete, e lento apoio adicionam custos para os negociadores e conseqüentemente impede o comércio. Custos de transporte ao redor do mundo representam uma média de 5,3 % do valor das mercadorias importadas, mas são 8,3% na América Latina, exceto México. Em muitos países da região, a tarifa equivalente de custos de transporte excede os níveis das tarifas de importação. Comparações Internacionais mostram que permissões portuárias na América Latina requerem mais tempo que em qualquer outra região no mundo com exceção da África. Ao mesmo momento, o tempo das permissões difere amplamente entre os portos na América Latina, com portos no Chile, México e Panamá entre os mais eficientes e portos na Venezuela e Brasil entre os menos eficientes" (DIJCK 2008: p. 106-107).



um abrangente EIA esteja sendo executado. Um projeto específico ao longo de uma trajetória pode ser iniciado sem depender dos resultados das avaliações totais e em relação às decisões finais do desenvolvimento de um eixo integrado. Finalmente, em uma visão geral dos gastos orçamentários nos eixos dos IIRSA (...) os gastos em um abrangente EIA são modestos (DIJCK 2008: p. 116).

Nesse sentido, o mesmo autor aponta que EIAs são vitais mecanismos para estimular o potencial bem estar promovido pela melhora na infra-estrutura e mitigar potenciais impactos negativos no bem estar humano e ambiental. Então conclui:

Reduzir tempo e orçamento disponíveis para a construção de EIAs no contexto de programas de infra-estrutura de larga escala, como a IIRSA, com potenciais de grandes e irreversíveis impactos ambientais não parecem razoáveis pela perspectiva da tomada de decisões racionais e para o bem estar humano. Além disso, isso pode minar o apoio político e popular para programas de infra-estrutura por si mesmos, nos níveis locais, nacionais e internacionais (DIJCK 2008: p. 118).

Como argumentado por Lykke E. Andersen (et all 2002: p. 9) é importante dizer que os objetivos não são promover mais ou menos desflorestamento per se, mas analisar como mudanças no uso da terra afetam a vida das pessoas na Amazônia e quais são as implicações para o resto do mundo em termos de reduções de benefícios ambientais. Ele complementa sua idéia dizendo:

Reconhecendo que o desflorestamento apresenta tanto custos como benefícios, e começando a medir as magnitudes desses, é o primeiro passo em direção ao desenvolvimento de políticas domésticas e internacionais significativas, que levarão os benefícios ambientais tão desejados no Norte assim como o desenvolvimento econômico tão necessário no Sul (ANDERSEN et all 2002: p. 9).

Dijck and Haak (2006, p. 61) explicam que estradas podem induzir significativas mudanças econômicas e ecológicas ao longo de suas trajetórias. Nesse sentido, a construção ou renovação pode afetar o preço e o uso da terra, atividades econômicas locais e regionais, e, portanto a vida das pessoas e do ecossistema. Eles adicionam que os mais significativos e irreversíveis impactos são localizados ao longo de trajetórias anteriormente inacessíveis, como as áreas de florestas virgens¹⁰.

Sobre a experiência do Brasil com Estudos de Impactos Ambientais (EIA), os mesmos autores dizem que abrangentes e adequados marcos legais para os EIAs podem ser encontrados, mas que a realidade prática brasileira é bem diferente. Primeiro e o mais importante na opinião desses pesqui-

10 Roberto M. Iglesias adverte que é preocupante a estratégia da IIRSA de apresentar alta concentração de projetos de transporte rodoviário (especialmente os na zona peruana), quando há consenso de que não é a alternativa mais eficiente de transporte de carga. O autor consultou alguns especialistas, entre os quais da Confederação Nacional da Indústria, para quem a maneira mais econômica de escoar a produção da costa atlântica brasileira para o Pacífico continua sendo o transporte marítimo, de forma que projetos que melhorem a logística e o funcionamento dos portos brasileiros seriam mais eficientes para alcançar a bacia do Pacífico e o mercado asiático. "Há dúvidas sobre se a maneira mais eficiente de exportar a produção agrícola do Centro-Oeste é exportar por portos do oceano Pacífico ou se não deveria favorecer modos de transporte a granel com menor custo por tonelada para os portos do norte do Brasil e dali para a Ásia e outros destinos" (IGLESIAS, 2008, p. 165). Claudete de Castro Silva Vitte nos informou também que uma reportagem no jornal Folha de S. Paulo (30/12/2008) apontava que o transporte aquático tem menor custo, quando comparados os fretes. Considerando por km rodado em US\$ por tonelada, o frete hidroviário custa US\$ 0,025; o frete ferroviário custa US\$ 0,064 e o frete rodoviário custa US\$ 0,084. No comparativo de carga, considera que uma barcaça carrega até 1.500 toneladas, de forma que um comboio com quatro chatas comporta 6.000 toneladas de carga. No transporte ferroviário, um vagão de trem transporta 100 toneladas, o que exige uma composição de 15 vagões para cada barcaça. Na carga por rodovia, um caminhão transporta 27 toneladas, o que exigiria 55,6 caminhões para se equiparar a uma barcaça (VITTE 2009: p. 12).



sadores, os esboços dos projetos não mencionam modificações, portanto, são fracós. Completam a idéia dizendo:

No Brasil, o EIA é meramente um passo no processo do planejamento do projeto, uma folha autografada que tem que ser obtida. Como resultado, o papel do EIA relacionado à prevenção ou mitigação de negativos impactos ambientais é severamente limitado. Pressões econômicas e políticas contribuem significativamente para esse problema. Em geral, o lobby de poderosos grupos de interesses para estradas – como os produtores de soja no caso da BR-163 – começam muito antes que a decisão seja tomada. Como no caso de planos de investimentos pluri-anuais, financiamento internacional é estimulado e atraído ainda antes que uma análise mínima de custo e benefício tenha sido desenvolvida, portanto criando um momentum (financeiro) que não pode ser interrompido ou ajustado pelas considerações ambientais e sociais. Frequentemente um EIA é desenvolvido logo antes do princípio de um projeto, quando alternativas ou modificações não são mais possíveis (DIJCK & HAAK 2006: p. 65, minhas ênfases).

Além disso, os mesmos autores afirmam que EIAs no Brasil não cobrem efeitos indiretos e portanto são de escopo limitados. Nos informam que a maioria dos impactos de estradas não ocorre no momento de sua construção e diretamente na proximidade da estrada. Tanto o tempo como as áreas demarcadas são muito estreitas. Concluem:

O caso da rodovia BR-163 é um claro exemplo dessas sérias limitações da prática do EIAs brasileiros. Um outro fator complicador é que os EIAs são pagos pelo proponentes do projeto. Consultores são regularmente pressionados a produzirem relatórios favoráveis, desde que os interesses financeiros e políticos sejam altos. (...) propositores de projetos tendem a manipular os processos dos EIAs (DIJCK & HAAK 2006: p. 65, minhas ênfases)¹¹.

Refletindo sobre o IIRSA e as PPP, Dijck e Haak afirmam que até o momento experiências com as PPP no setor de infra-estrutura de estradas na América do Sul são limitadas e as que envolvem integração trans-fronteiriça são ainda mais restritas. Acrescentam que claramente a dimensão internacional dos programas de infra-estrutura adiciona complexidade às regras e mecanismos de distribuição dos custos, benefícios e riscos entre os governos envolvidos. Eles explicam também que são necessários mecanismos para compatibilizar as diferenças das regulações nacionais em relação à construção de estradas e padrões ambientais e técnicos relacionados.

(...) No papel, a estrutura regulatória para PPPs e concessões comuns no Brasil é adequada e completa. No entanto, uma adequada estrutura regulatória para PPPs não significa garantia de bom funcionamento da PPP. Como a análise da experiência brasileira com projetos de infra-estrutura nesse estudo mostra, o potencial benefício das PPPs não surge automaticamente. Riscos financeiros e mecanismos inadequados de distribuição dos riscos podem dificultar seriamente o cumprimento de alta eficiência nos investimentos públicos e ameaçar a sustentabilidade dos programas de PPPs, como exemplificado pelo caso

11 Os mesmos pesquisadores afirmam que por causa dos significativos efeitos ambientais e sociais que eram esperados o projeto da BR-163 gerar, um grande número de organizações sociais e ambientais começaram a mobilizar a sociedade civil logo após o presidente Lula anunciar a sua pavimentação no começo de 2003. Também é necessário considerar a legitimidade desses estudos ambientais, pois como podemos observar no livro *Defendiendo Derechos y Promoviendo Cambios: El Estado, las Empresas Extractivas y las Comunidades Locales en el Perú*, organizado por Martin Scurrah (2008) e no documentário *Tambogrande: Mangos, Murder, Mining*, dirigido por Ernesto Cabellos e Stephanie Boyd (2006) as populações locais não consideram esses estudos imparciais e válidos, até mesmo pela dificuldade de entender sua linguagem muito técnica. Surge aí um outro conceito importante que seria o de licença social, com uma maior participação da sociedade civil nesses processos.



do Programa Estradeiro do Estado do Mato Grosso. As avaliações do programa estradeiro mostram que, ao invés de “socializar” os benefícios da eficiência do setor privado, PPPs podem também serem usados para transferirem os custos do setor privado para o setor público e para a comunidade em geral. Mato Grosso fornece um impressionante exemplo de região na qual um setor economicamente dominante, o setor da soja, também assegura o poder político. No sentido de fortalecer o crescimento e a lucratividade, os produtores de soja têm se engajado nos programas de PPP, destacando os mecanismos nos quais são benéficos para seus próprios interesses, porém muito menos para o interesse da comunidade amplamente, o Estado do Mato Grosso (DIJCK & HAAK 2006: p. 78-79, minhas ênfases).

Nesse sentido, “procuradores de renda” (rent seeking) e esquemas políticos podem minar os potenciais benefícios das PPPs ainda mais. Apesar disso, os mesmos autores explicam que as PPPs são promissores instrumentos para melhorar a eficiência dos investimentos públicos e projetos de infra-estrutura. Adicionalmente, elas apresentam o potencial de atrair capital privado, o qual pode ser usado para aumentar a quantidade total do investimento em projetos de infra-estrutura. “Com os riscos financeiros distribuídos mais adequadamente, e usando uma avaliação abrangente na análise dos custos e benefícios ambientais, as PPPs podem produzir substanciais retornos para a sociedade como um todo” (DIJCK & HAAK, 2006, p. 80).

Segundo Patrícia Molina, os principais interessados em financiar e promover os projetos na II-RSA são os empresários do agro-negócio, principalmente os grandes plantadores de soja, as empresas que operam no transporte fluvial, as empresas do ramo de alimentos, como a Cargill e Bunge, e as empresas de sementes transgênicas como a Monsanto, preocupadas em diminuir os custos para atravessar suas cargas até os portos do Pacífico no Peru e Chile e em converter em monoculturas de soja vastas áreas da região amazônica (MOLINA 2010: p. 32). Claudete de Castro Silva Vitte conclui que:

(...) assim há o comprometimento de dinheiro público, que acaba por beneficiar grandes investidores, principalmente do primeiro mundo que especulam como sobre-explorar os recursos da região, submetendo os rios aos riscos de um desastre ambiental, sob o nome do que é chamado de progresso¹².

Alessandro Biazzini Couto destaca o papel ativo de três grandes empreiteiras brasileiras na integração da infra-estrutura da América do Sul: a Odebrecht, a Camargo Correa e a Andrade Gutierrez, que se constituíram como holdings e diversificaram seus negócios. Ele afirma:

Além da área de engenharia, a Odebrecht é o maior grupo petroquímico da América ao controlar a empresa Braskem, e prevê investimentos bilionários nos próximos anos em sua subsidiária ETH Bioenergia, voltada para a produção de etanol da cana de açúcar. Já a Camargo Correa tem sua própria fábrica de cimento e controla a Alpargatas Calçados (Havaianas, Rainha, Topper, Timberland e Mizuno), é acionista da Siderúrgica Usiminas, da

12 Os grupos econômicos brasileiros mais representativos, no que diz respeito ao grau de internacionalização são: Gerdau, Construtora Norberto Odebrecht, CVRD, Petrobras, Marcopolo, Sabó, Aracruz, Klabin, Sadia, Perdigão, Embraer, Natura, Votorantim e Andrade Gutierrez. É claro que muitos deles têm interesse na ampliação da infra-estrutura do subcontinente e no melhor escoamento de seus produtos para exportação nos portos do Atlântico e Pacífico. As empreiteiras brasileiras têm participado ativamente da implantação da infra-estrutura de transporte e energia nos países da América do Sul. São empresas consideradas com capacidade nos planos tecnológico, financeiro e empresarial. Segundo Antônio José Cerqueira Antunes as empresas brasileiras apresentam o privilégio de contar com o apoio do BNDES que lhe dá vantagem para ganhar licitações (VITTE 2009: p. 8-9).



concessionária de energia do Estado de São Paulo CPFL Energia e ainda da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), controladora da Dutra (RJ-SP) e no Paraná, totalizando 1452 km em concessões rodoviárias. A Andrade Gutierrez não fica atrás: também é acionista da concessionária CCR; da prestadora de serviços de energia Light; controla a empresa de telecomunicações Telemar (que engloba também a OI celulares) e terá a concessão do aeroporto de Quito, Equador ainda em construção. Expor esses extensos dados é fundamental para que os atores sociais brasileiros tenham dimensão do poder econômico dessas empresas transnacionais de base brasileira. (...) Essa configuração altamente concentradora de capital permite a esses grupos pautar políticas públicas e competir internacionalmente a custos mais baixos no que concerne às grandes obras, em que o repasse de recursos públicos é por vezes burocrático e tardio¹³.

Bertha Becker prognosticou alguns possíveis conflitos entre os atores nos diversos eixos da IIRSA. Ela argumentou que a logística não é o maior problema para se manter a expansão da cultura da soja na Amazônia. O conflito central é nos campos sócio-político e territorial. Existem dois espaço-tempos diferentes. Por um lado, o espaço-tempo das corporações, as quais estabelecem a parceria da logística com a geopolítica, expandindo a produção rapidamente. Nesse processo, essas corporações criam alianças com governos e outras empresas objetivando a atingir suas metas. De outro lado, existe o tempo-espaço dos produtores familiares, os quais não se adaptam facilmente com mudanças. Os pequenos produtores desejam manter suas terras e identidade, porém em geral não contam com o suporte técnico e financeiro para fazê-lo. Entretanto, eles possuem uma ferramenta ao seu lado: sua organização e resistência, as quais os permitem serem ouvidos pela sociedade, colocando pressão no Estado, com o uso do pretexto da defesa do meio ambiente. (BECKER 2007: p. 124). Essas organizações de grupos de pequenos produtores locais são inovadores. O fato é que são grupos locais, uma vez invisíveis, que aparecem na sociedade com a sua luta contra a mercantilização na natureza (VITTE 2009: p. 10, minha ênfase)¹⁴.

Para Isabella F. Wanderley (et alli), as construções previstas dentro dos projetos do IIRSA, espe-

13 Alessandro Biazzini Couto faz uma breve retomada histórica da constituição dessas empresas multinacionais brasileiras. Ele lembra o contexto do final dos anos 1970, com o esgotamento do milagre econômico da ditadura militar, que significou um período de grandes perdas para as empreiteiras. Contudo, elas foram beneficiadas pela política externa do governo Geisel que incentivou a participação dessas empresas em licitações em países de Terceiro Mundo. Posteriormente, com a liberalização econômica dos anos 1990 na América Latina houve um impulso à internacionalização dessas companhias não só para atuar em obras, mas na concessão de empreendimentos, em especial das estradas. Com a IIRSA e seu foco na construção de rodovias, portos e hidroelétricas, há uma reprodução em escala regional do modelo dominante de infra-estrutura que essas empresas já desenvolvem historicamente no Brasil (COUTO 2008: p. 82-83, minhas ênfases).

14 Podemos estabelecer um paralelo disso com o já citado excelente documentário Tambogrande: Mangos, Murder, Mining, dirigido por Ernesto Cabellos e Stephanie Boyd (2006), onde mostram o movimento de resistência dessa cidade frente a uma mineradora canadense. Omar Arach diz que "para os ambientalistas, especialmente aqueles no arco de ecologistas radicais, a noção de desenvolvimento é um artefato ideológico empregado para cobrir as relações de domínio dentro do sistema mundial e para dar uma expectativa de futuro para os setores oprimidos, sem precisar questionar os fatores estruturais que determinam sua condição. Para os atores locais, contudo, a noção pode ter outros matizes". Prossegue dizendo que "não se trata de uma questão meramente retórica, mas também de conteúdos. Indubitavelmente, os territórios impactados por essas obras costumam ser particularmente valorizados por sua riqueza biológica, paisagística e cultural. São territórios que se encontram no centro do ideário ambientalista e são vistos, talvez corretamente, como os embriões das sociedades sustentáveis do futuro. A tarefa dos ambientalistas passou por valorizá-los, desafiando os relatos desenvolvimentistas que se referiam àqueles territórios como áreas improdutivas, atrasadas, etc. E, sem dúvida, esta luta pelo significado tem fornecido importantes referências cognitivas e simbólicas para as populações locais se oporem aos discursos desenvolvimentistas". Porém conclui: "(...) além dessa importância inegável, esses locais ocupam uma posição marginal na estrutura econômica, política e social do Estado nacional ao qual pertencem ou foram anexados. Sob esse ponto de vista, representam áreas isoladas, mal servidas, com poucas oportunidades de trabalho, entre outras carências. Normalmente essas áreas são muito receptivas aos discursos do desenvolvimento e suas populações (principalmente os segmentos mais influentes) conseguem expressar com força o sentimento inerente à modernidade que Marshal Berman (1998) definiu como o 'desejo de desenvolvimento'. Sem dúvidas, para estas populações a noção de desenvolvimento continua a ser o veículo semântico usado para expressar as reivindicações de acesso à cidadania, a serviços, à inclusão e à melhoria da qualidade de vida. É um paradoxo que aquele que deseja também represente um risco muito provável de desaparecimento do mundo onde vive" (ARACH 2008: p. 123-124, minha ênfase).



cialmente no centro norte do subcontinente, geram conflitos sociais e ambientais. E complementa:

Com base em projetos similares no passado, prevê-se que tais conflitos se potencializem por meio do aumento do desmatamento, da grilagem, da violência contra indígenas e comunidades tradicionais, da incidência e exposição de doenças contagiosas, além da gradual perda de valores culturais tradicionais e da redução dos serviços ambientais, entre outros efeitos danosos (WANDERLEY et alii 2007: p. 5-7).

Analisando a importância estratégica da região amazônica para o Brasil e dessas possíveis consequências negativas dos atuais planos de integração, parecem ser necessárias avaliações mais profundas dos interesses envolvidos em tais projetos. A questão central é pensar no longo prazo como essa integração pode beneficiar a sociedade em seu conjunto, especialmente levando em consideração os impactos ambientais e sociais, e não apenas o interesse de uma pequena parcela do empresariado nacional brasileiro.

Considerações Finais

Fernando Ignacio Leiva (2008) faz interessantes críticas ao modelo chamado de “regionalismo aberto” que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) vem recomendando desde os anos 1990s e que em grande parte é adotada pelo Brasil em seus projetos regionais. A pergunta central que ele faz é se esse paradigma constitui uma alternativa genuína ao neoliberalismo, ou uma forma mais sofisticada de consolidar o sistema existente¹⁵.

O mesmo autor aponta o que ele chamou de “reversões chaves de princípios estruturais” (reversing key structural tenets):

Primeiro, ao invés de ser a raiz e o mecanismo propagador do subdesenvolvimento econômico, a internacionalização da estrutura produtiva e comercial foi bem vinda e vista como a principal rota para se alcançar a modernização produtiva. Anteriormente concebido como um mecanismo para aprofundar o subdesenvolvimento, o capital estrangeiro e as corporações transnacionais agora se tornaram os instrumentos chaves para a mudança técnica e modernização produtiva. Alcançar uma competitividade sistêmica e uma inserção dinâmica no mercado global agora depende da indução do capital privado transnacional e doméstico para desempenhar seu papel neo-Schumpeteriano atribuído por Fajnzylber e a pela “nova CEPAL”. Segundo, capitalistas privados, firmas privadas, e o mercado (não o Estado ou seu papel em socializar o excedente econômico para assegurar sua eficiência social, como a análise do capitalismo periférico de Prebisch explicava) foram transformados em atores chaves do desenvolvimento econômico (...). A “nova CEPAL” reconceitualizou o

15 O mesmo autor explicou que a publicação de *Changing Production Patterns with Social Equity* (1990) buscou substituir o “fundamentalismo de mercado” e humanizar o “capitalismo selvagem” imposto por décadas do dogmatismo neoliberal do *laissez faire* na região. Adiciona que a CEPAL e o neoestruturalismo Latino-americano afirmam terem com sucesso combinado crescimento econômico, equidade social e democracia política no sentido que a América Latina poderia plenamente aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização do século XXI. Como resultado, um grande número de observadores afirma o triunfo de “uma postura mais pragmática, a política do possível” ter se tornado a tendência dominante no continente Latino-americano. Conclui que, “portanto na passagem do estruturalismo para o neoestruturalismo, a transição da ‘antiga CEPAL’ de Raúl Prebisch e Celso Furtado para a ‘nova CEPAL’ de Fernando Fajnzylber, Gert Rosenthal e José Antonio Ocampo, o neoestruturalismo tem implementado mudanças consideráveis em sua abordagem e estrutura. Embora tais modificações tenham permitido o neoestruturalismo conquistar relevância política, isso também exigiu um alto preço: uma aliança da solidez da CEPAL com o status quo, entorpecendo a sua capacidade de investigar a ‘estrutura profunda’ do capitalismo Latino-americano do século XXI” (LEIVA 2008: p. xvii, p. 21 e 22, minha ênfase).



papel das políticas públicas e do Estado que garantindo o equilíbrio macroeconômico, assegurou uma grande coordenação entre produtores privados e melhor articulação entre as iniciativas privadas e públicas, gerenciando os conflitos advindo da globalização, e sobre tudo, controlando a energia social e o sistema da sociedade pelo requisito da competitividade internacional. Terceiro, a lógica da distribuição foi separada da lógica da acumulação orientada para a exportação. Maior igualdade não poderia ser o resultado de reformas sociais, mas viria do crescimento das exportações e da economia (LEIVA 2008: p. 34-35).

Ainda Leiva (2008: p. 89) considera cinco "atos de omissão" encravados nas noções centrais dos fundamentos do neoestruturalismo Latino-americano: (1) a promessa de perspectivas favoráveis para se mover em direção a grande estrada para a globalização; (2) a promoção do "regionalismo aberto"; (3) a possibilidade de se alcançar a "transformação produtiva com equidade" dentro do marcos do regime atual de acumulação orientado para as exportações; (4) a suposta dicotomia entre uma competitividade "espúria" contra uma "genuína", tanto no nível das empresas quanto de países; e (5) os benefícios alcançados através do consenso da competitividade internacional construída por trás da orientação ao mercado externo pelos diferentes atores¹⁶.

Explicando o segundo ato de omissão, Leiva (2008: p. 100) argumenta que a integração liderada pelas corporações leva a desapropriação e a coisificação (commodification) ainda mais crescente dos aspectos da vida social, e não a modernidade. Sobre o terceiro ato de omissão ele mostra que as decisões de investimento e controle sobre o excedente econômico estão nas mãos de uma ainda menor minoria que no passado, poderosas empresas e instituições financeiras transnacionais. Em sua opinião as conexões entre as exportações, condições de trabalho, controle, pobreza e desigualdade têm sido subestudadas pela CEPAL¹⁷. Conclui:

Exportações requerem grande controle sobre os custos ou a expansão da flexibilidade do trabalho; trabalhadores não consomem o que eles produzem; a renda e juros acumulados vão para uma ainda menor minoria transnacionalizada; o crescimento das exportações não está gerando emprego; e a transnacionalização e financeirização concentram a renda em proporções que não podem ser contra-balançadas por amigáveis políticas públicas promovidas pelo status quo (LEIVA 2008: p. 106)¹⁸.

Finalmente, o mesmo autor afirma que a concepção liberal do Estado pelo neoestruturalismo como sedimento da racionalidade social ignora tanto o caráter da luta de classes dentro do Estado

16 Mario Esteban Carranza (2000: p. 46-52) fez uma interessante discussão sobre "o antigo estilo da integração" questionando se ele foi bem sucedido ou um fracasso. Por exemplo, ele aponta que as atuais análises do "antigo" regionalismo na América Latina são muito negativas, responsabilizando o Modelo de Substituição de Importações (MSI), um modelo fechado de desenvolvimento, pelo fracasso da integração, enquanto por comparação, o "novo regionalismo" é apresentado como mais preparado para eliminar tanto as barreiras tarifárias quanto as não tarifárias ao comércio, e, portanto projetado para alcançar a integração com a economia mundial mais do que para se proteger dela. Porém o mesmo autor, citando Albert Hirschman, explica que a distinção entre o "modelo de desenvolvimento voltado para fora" (outward-looking) e o "modelo de desenvolvimento voltado para dentro" (inward-looking) carregam um julgamento de valor na literatura inglesa: positiva, no caso do "desenvolvimento voltado para fora"; e negativo para o "desenvolvimento voltado para dentro". Desarrollo hacia adentro em espanhol tem uma conotação positiva porque, ao invés de autarquia e introversão, ele evoca a imagem de abertura desse desenvolvimento para o interior e para o mercado doméstico.

17 Nos anos 1970s Francisco de Oliveira já tinha feito essa mesma crítica. Mais detalhes ver: OLIVEIRA, Francisco de. "Crítica da Razão dualista" In: ____ Novos Estudos CEBRAP, n. 2, 1972.

18 Outra interessante discussão feita por esse autor foi sobre a existência de uma clara dicotomia entre uma competitividade espúria versus uma genuína. A primeira seria baseada na compressão dos custos do trabalho e desvalorizações cambiais enquanto a segunda seria baseada na produtividade crescente e na inovação tecnológica. Porém Leiva explicou que a produtividade do trabalho pode ser intensificada pela extensão do uso do trabalho, da reorganização da produção e não apenas pela inovação tecnológica. Conclui dizendo que o capital sempre acha caminhos para combinar produtividade (genuína competição) com estratégias de corte de custos do trabalho (espúria competição) das mais criativas maneiras (LEIVA, 2008, p. 113).



assim como o papel fundamental que ela desempenha para assegurar as condições da reprodução da acumulação do capital. E conclui:

A promoção da governança participativa através de acordos trabalhistas, uma abordagem de capital-social, e outras formas de alianças do Estado com a sociedade civil, leva a um regime neo-hegemônico que não necessariamente fortalece o caráter democrático da sociedade ou da economia. (...) as políticas sociais objetivam civilizar o pobre como consumidor de serviços e de uma cidadania auto-regulada (LEIVA 2008: p. 118).

Apesar de estar de acordo com a maioria das críticas de Leiva, uma questão permanece não respondida: Qual modelo concreto existe como um contra ponto ao neoestruturalismo?¹⁹. Faz sentido ainda a provocativa afirmação da economista inglesa Joan Robinson nos anos 1960s, quando ela disse que “A única coisa pior que ser explorado pelo capitalismo é não estar sendo explorado pelo capitalismo”²⁰? Pelos movimentos de resistência à liderança brasileira na integração regional e ao IIRSA, as questões mais adequadas nesse momento parecem ser: quem está se beneficiando da integração regional? Qual deveria ser a postura do governo brasileiro?

Nesse sentido o Itamaraty, outros ministérios, além do BNDES têm trabalhado mais proximo dos grandes empresários brasileiros, especialmente dos setores de construção, energia e alimentos para tentar superar esses obstáculos na integração regional. A abordagem de Burges sobre uma hegemonia consensual brasileira é muito interessante e respaldada pelo grande lucro que essas empresas vem tendo na América do Sul, apesar dos já analisados movimentos de crítica e resistências às propostas brasileiras²¹.

A questão central aqui é justamente mostrar como esse pequeno grupo de empresários exerce uma hegemonia interna no Brasil e em certa medida na região, mas isso está implicando em maiores desigualdades sociais entre os países e mesmo internamente. No longo prazo esse modelo não será sustentável para o aprofundamento da integração. Ainda que a IIRSA seja um instrumento que abra perspectivas de ganhos mútuos, sendo a melhora da infra-estrutura um real caminho para a integração, foi demonstrado que os estudos de impactos ambientais ainda apresentam muitas fragilidades, gerando a possibilidade de danos irreparáveis e resistências em comunidades amazônicas.

Além disso, é interessante observar algumas contradições na chamada política externa progressista de Lula, quando vemos seu grande apoio ao agro-negócio, o qual já foi muito criticado por seu Partido dos Trabalhadores (PT) no passado como uma das principais causas de injustiça social no Brasil.

É claramente irônico que o gabinete de liderança do PT tenha as melhores conexões com a elite exportadora do que qualquer outro recente governo brasileiro – mas nós afirmamos que é precisamente porque um presidente esquerdista foi eleito que o poder burocrático foi

19 “What concrete ‘model’ is there in counterpoint to neostructuralism?”. Essa questão foi feita anteriormente por Gregory B. Weeks (2008) na resenha “Fernando Ignacio Leiva’s Latin American Neostructuralism”. Disponível em: <http://weeksnotice.blogspot.com/2008/12/fernando-ignacio-leivas-latin-american.html>. Acesso em dezembro de 2009.

20 “The only thing worse than being exploited by capitalism is not being exploited by capitalism”. Disponível em: <http://latino.sscnet.ucla.edu/research/iup/equity.htm>. Acesso em fevereiro de 2009.

21 Por exemplo Hurrell diz que é importante não exagerar o peso do poder regional brasileiro. Acrescenta que em alguns temas a região não é uma fonte de apoio ao Brasil, como na campanha brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Também destaca a dificuldade brasileira para criar coalizões econômicas internacionais, especialmente na Organização Mundial do Comércio (OMC) (HURRELL 2001: 210-211).



polarizado. A tríade da política exterior do Ministro Celso Amorim, do secretário geral do MRE Samuel Pinheiro Guimarães, e do antigo conselheiro presidencial Marco Aurélio Garcia coexiste num governo que também apresentou "pesos pesados [ligados ao mercado]" como Meirelles, Furlan e Rodrigues. Esse último grupo não viu razão para obstruir a progressiva agenda Sul-Sul de grupos anteriores, na medida que coincidia com a orientação do "desenvolvimento voltado para fora" dos interesses empresariais que eles representam. O boom das exportações sob Lula, combinada com o patrocínio agressivo presidencial das missões de negócios na Ásia, África, e Oriente Médio, fizeram essas duas facções se unirem facilmente. Em síntese, uma constelação singular de fatores levou a liderança de Lula combinar uma estratégia histórica de política externa petista com uma política comercial amigável com os empresários. Levando tudo isso em consideração, Lula foi presidencialismo promovendo pluralização (CASON & POWER 2009: p. 128-129, itálico no original)²².

Leonardo Ramos nessa mesma linha considerou, no que ele chamou de "perspectiva neo-gramsciana", que é possível ver o governo Lula como um governo que busca uma mudança, mas não uma transformação radical, de caráter necessariamente contra-hegemônico. E conclui:

Contudo, quando analisada de uma maneira mais detalhada, tal inserção não se apresenta como transformadora, mas dentro de uma estrutura maior de revolução passiva em escala global, contribuindo assim para a reestruturação e manutenção do bloco histórico globalista. Na verdade, seria possível perceber certo processo de transnacionalização do Estado brasileiro em seu sentido ampliado, que se encontra intimamente vinculado a um projeto de revolução passiva global. Mas onde estariam as origens desse transformismo? Ora, na mudança do próprio PT que se afasta com o passar do tempo de suas bases ou talvez do fato do PT, na verdade, nunca ter tido um projeto de transformação radical da realidade (RAMOS 2009: p. 23-24, minha ênfase).

Para concluir, as críticas desse artigo buscam indicar onde o Estado brasileiro (especialmente a diplomacia) pode atuar mais apropriadamente para gerar um bem estar social para a maioria da população sul-americana e não apenas para o privilégio de uma minoria de grandes empresários. Os caminhos e os obstáculos para a integração são enormes, mas o reconhecimento no Brasil da importância estratégica da América do Sul é um primeiro passo para um desenvolvimento conjunto e harmonioso dessa complexa região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. (2009) "Lula's Foreign Policy: Regional and Global Strategies". In: _____ LOVE, Joseph L.; BAER, Werner. (editors) Brazil under Lula: Economy, Politics and Society under the Worker-President. United States of America: Palgrave Macmillan, p, 167-183.

AMAYO Z., Enrique. (2007) "Amazonia, MERCOSUR and the South American regional integration". In: _____ The Bush doctrine and Latin America. Edited by PREVOST, Gary and CAMPOS, Carlos Oliva. New York : Palgrave Macmillan, p. 105-128.

²² A discussão sugerida por esses autores é sobre a perda do monopólio do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE) na formulação da política externa do país, devido à ascensão da "diplomacia presidencial" e da pluralização dos interesses dos grupos nacionais em relação à política externa.



ANDERSEN, Lykke E.; GRANGER, Clive W. J.; REIS, Eustáquio J.; WEINHOLD, Diana; WUNDER, Sven. (2002) *The Dynamics of Deforestation and Economic Growth in the Brazilian Amazon*. United Kingdom: Cambridge University Press.

ARACH, Omar. (2008) "Articulações ambientalistas em oposição às grandes obras de infra-estrutura". In: _____ VERDUN, Ricardo et alii (orgs.). *Financiamento e megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc.

ASOCIACIÓN LATINOMERICANA DE INTEGRACIÓN [ALADI]. Montevideo, 12 agosto 1980. Disponível em: <www.aladi.org>. Acesso em: 03 jan. 2006.

BECKER, Bertha. (2007) "Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia". In: _____ BECKER, Bertha et alii. (orgs.). *Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia*. São Paulo: Edusp.

BORGES, Fábio. "Dilemas da aplicação do marxismo nas Relações Internacionais da América Latina nos anos 1960: reflexões sobre as teorias da dependência e problemas atuais". In: _____ I Simpósio da Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/borges.pdf>.

BUMER-THOMAS, Victor. (editor). (2001) *Regional Integration in Latin America and the Caribbean: the Political Economy of Open Regionalism*. United Kingdom: Biddles Ltd.

BURGES, Sean W. (2009) *Brazilian Foreign Policy after the Cold War*. United States of America: University Press of Florida.

_____ (2005) "Bounded by the Reality of Trade: practical Limits to a South American Region". In: _____ Cambridge Review of International Affairs, Volume 18, n. 3, out.

CARDOSO, Fernando Henrique (FHC). (2006) *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ "Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência", p. 364-393, In: _____ José Serra (org.), *América Latina: Ensaio de interpretação econômica*, Ed. Paz e Terra, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. (1979) *Dependency and development in Latin America*. Traduzido por Marjory Mattingly Urquidí. United States of America: Berkeley University of California Press, 227 p.

CARRANZA, Mario Esteban. (2000) *South American Free Trade Area or Free Trade Area of the Americas? Open regionalism and the future of regional economic integration in South America*. Great Britain: Ashgate Publishing Ltd.

CASON, Jeffrey W. & POWER, Timothy J. (2009) "Presidentialization, Pluralization, and the Roll-back of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era". In: _____ International Political Science Review, v.30, No. 2, p. 117-140.



CEPAL, (1994) "El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de transformación productiva con equidad". Libros de la CEPAL, n. 39.

COUTO, Alessandro Biazzi. (2008) "A atuação das grandes empreiteiras brasileiras na integração de infra-estrutura na América do Sul". In: _____ VERDUN, Ricardo et alii (orgs.). Financiamento e magaproyetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc.

DEVLIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni. (2001) "What's New in the New Regionalism in the Americas?". In: _____ BUMER-THOMAS, Victor. (editor). Regional Integration in Latin America and the Caribbean: the Political Economy of Open Regionalism. United Kingdom: Biddles Ltd, p. 17-44.

DIJCK, Pitou van. (2008) "Troublesome Construction: The Rationale and Risks of IIRSA". In: _____ European Review of Latin American and Caribbean Studies 85, October, p. 101-120.

DIJCK, Pitou van and HAAK, Simon den. (2006) "Troublesome Construction: IIRSA and Public-Private Partnerships in Road Infrastructure". In: _____ Cuadernos del CEDLA 20. Amsterdam: Center for Latin American Research and Documentation (CEDLA), October.

HURRELL, Andrew. (2002) "The Foreign Policy of Modern Brazil". In: _____ HOOK, Steven W. (editor) Comparative Foreign Policy: adaptation Strategies of the Great and Emerging Powers. United States of America: Pearson Education, p. 146-169.

_____ (2001) "The Politics of Regional Integration in MERCOSUL". In: _____ BUMER-THOMAS, Victor. (editor). Regional Integration in Latin America and the Caribbean: the Political Economy of Open Regionalism. United Kingdom: Biddles Ltd, p. 194-211.

IGLESIAS, Roberto M. (2008) Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración de la infraestructura en América del Sur. In: _____ Integración y Comercio, n. 28.

LEIVA, Fernando Ignacio. (2008) Latin American Neostructuralism: the Contradictions of Post-Neoliberal Development. United States of America: University of Minnesota Press.

MALAMUD, Andrés. (2002) Regional integration in Latin America: comparative theories and institutions. Universidade de Salamanca. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n44/n44a07.pdf>. Acesso em dezembro de 2009.

MOLINA, Patricia. "El Proyecto de Aprovechamiento hidroeléctrico y de navegabilidad del río Madera en el marco del IIRSA y del contexto de la globalización". Disponível em: <http://www.geocapacitacion.com.ar/biblio/riomadeira.pdf>. Acesso em janeiro de 2010.

MONTERO, Alfred P. (2005) Brazilian Politics: Reforming a Democratic State in a Changing World. United States of America: Polity Press.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. (2005) Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier.



OLIVEIRA, Francisco de. (1972) "Crítica da Razão dualista" In: _____ Novos Estudos CEBRAP, n. 2.

RAMOS, Leonardo. "Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula". In: _____ LASA – Latin American Studies Association XXVIII International Congress, 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/Ramos-Leonardo.pdf>. Acesso em fevereiro de 2010.

ROSENTHAL, Gert. (1995) "El regionalismo abierto en la Cepal". Revista de la Cepal. N. 26, p. 47-65.

SCURRAH, Martin (editor). (2008) Defendiendo Derechos y Promoviendo Cambios: El Estado, las Empresas Extractivas y las Comunidades Locales en el Perú. Lima: IEP; Oxfam América.

VITTE, Claudete de Castro Silva. "Planejamento Territorial e os Impactos Sócio-Econômicos da IIRSA no Território Brasileiro: atores, conflitos e interesses". Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf. Acesso em dezembro de 2009.

WANDERLEY, Isabella Freire et alii. (2007) "Implicações da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana e projetos correlacionados na política de conservação no Brasil". Política Ambiental. Belo Horizonte: Conservação Internacional, n. 03.

WEEKS, Gregory B. (2008) "Fernando Ignacio Leiva's Latin American Neostructuralism". December 23. Disponível em: <http://weeksnotice.blogspot.com/2008/12/fernando-ignacio-leivas-latin-american.html>. Acesso em dezembro de 2009.